



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

PROTOCOLO SIC n. [REDACTED]

UNIDADE: Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – Investe-SP

SECRETARIA: Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 007/2017

1. Trata-se de pedido de acesso formulado à Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – Investe-SP, número SIC em epígrafe, na qual se requer cópia das atas de reuniões do Conselho Deliberativo da entidade nos anos de 2015 e 2016.
2. A Investe São Paulo indeferiu o acesso às informações solicitadas, indicando que as mesmas não podem ser consideradas de interesse público em razão da natureza jurídica privada da entidade. Em face da reiteração desse posicionamento em sede de recurso hierárquico, o interessado apresentou novo apelo, cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. A negativa de acesso às informações solicitadas toma por base a natureza jurídica da entidade demandada, a qual, por não se entender parte da administração pública direta ou indireta, rejeita qualquer obrigação legal de disponibilizar os dados requeridos. Imprescindível que se analise, portanto, a amplitude da sujeição da Investe São Paulo aos ditames da Lei de Acesso à Informação.
4. A Lei Estadual nº 13.179, de 19 de agosto de 2008, que autorizou a criação da Investe São Paulo, qualificou-a como serviço social autônomo, designação tradicionalmente utilizada para se referir às entidades paraestatais integrantes do chamado Sistema S, vinculadas ao sistema sindical e financiadas por meio de contribuições sociais obrigatórias. Ao adotar o modelo dos serviços sociais autônomos, a Investe São Paulo seguiu o exemplo de outras entidades, a exemplo da Agência de Promoção de Exportações do Brasil – Apex-Brasil e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, ambas instituídas pelo governo federal.
5. O surgimento dos novos serviços sociais autônomos tem gerado controvérsia quanto ao regime jurídico que lhes é aplicável, na medida em que tais entidades apresentam certas características que as distinguem das entidades do Sistema S, conforme consignado em voto do Ministro Relator Teori Zavascki, em recente julgamento do Supremo Tribunal Federal (RE 789.874 – DF):



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

(...) pode-se afirmar que os serviços sociais do Sistema “S”, vinculados às entidades patronais de grau superior e patrocinados, basicamente, por recursos recolhidos do próprio setor produtivo beneficiado, receberam, tanto da Constituição Federal de 1988, como das legislações que os criaram, inegável autonomia administrativa, limitada, formalmente, apenas ao controle finalístico, pelo Tribunal de Contas, de aplicação dos recursos recebidos. As características gerais básicas desses entes autônomos podem ser assim enunciadas: (a) dedicam-se a atividades privadas de interesse coletivo cuja execução não é atribuída de maneira privativa ao Estado; (b) atuam em regime de mera colaboração com o poder público; (c) possuem patrimônio e receita próprios, constituídos, majoritariamente, pelo produto das contribuições compulsórias que a própria lei de criação institui em seu favor; e (d) possuem a prerrogativa de autogerir seus recursos, inclusive no que se refere à elaboração de seus orçamentos, ao estabelecimento de prioridades e à definição de seus quadros de cargos e salários, segundo orientação política própria.

4. É importante não confundir essas entidades, nem equipará-las com outras criadas após a Constituição de 1988, cuja configuração jurídica tem peculiaridades próprias. É o caso, por exemplo, da Associação das Pioneiras Sociais - APS (serviço social responsável pela manutenção da Rede SARA, criada pela Lei 8.246/91), da Agência de Promoção de Exportações do Brasil – APEX (criada pela Lei 10.668/03) e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI (criada pela Lei 11.080/04). Diferentemente do que ocorre com os serviços autônomos do Sistema “S”, essas novas entidades (a) tiveram sua criação autorizada por lei e implementada pelo Poder Executivo, não por entidades sindicais; (b) não se destinam a prover prestações sociais ou de formação profissional a determinadas categorias de trabalhadores, mas a atuar na prestação de assistência médica qualificada e na promoção de políticas públicas de desenvolvimento setoriais; (c) são financiadas, majoritariamente, por dotações orçamentárias consignadas no orçamento da própria União (art. 2º, § 3º, da Lei 8.246/91, art. 13 da Lei 10.668/03 e art. 17, I, da Lei 11.080/04); (d) estão obrigadas a gerir seus recursos de acordo com os critérios, metas e objetivos estabelecidos em contrato de gestão cujos termos são definidos pelo próprio Poder Executivo; e (e) submetem-se à supervisão do Poder Executivo, quanto à gestão de seus recursos. (g.n.)

6. Em que pese a persistente controvérsia jurídica quanto ao regime jurídico aplicável à entidade em questão, há convergência significativa quanto à incidência do princípio da publicidade em relação às atividades desenvolvidas pela Investe São Paulo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

7. Isso ocorre porque o princípio da publicidade está expressamente previsto nas normas que disciplinam a entidade recorrida, nomeadamente na Lei Estadual 13.179, de 19 de agosto de 2008 e no Decreto nº 53.961, de 21 de janeiro de 2009, que aprovou o Estatuto da entidade. Com efeito, o artigo 5º da Lei determina que a “Investe São Paulo deverá atuar segundo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade**, economicidade e eficiência”, norma reproduzida no artigo 1º, §3º, do Estatuto.
8. Não há qualquer motivo para acreditar, ademais, que as atas do Conselho Deliberativo fujam a tal princípio. Pelo contrário: importa lembrar que esse órgão colegiado é composto por quinze integrantes, sendo oito Secretários de Estado e sete membros do setor privado indicados pelo Senhor Governador. Ademais, a atividade dos conselheiros é considerada “serviço público relevante”, nos termos do artigo 12 do Estatuto, não vedada sua remuneração.
9. Esses elementos evidenciam o fato de que a atuação do Conselho Deliberativo expressa, em larga medida, políticas de relevante interesse público, as quais não podem ser subtraídas ao controle social. Não há dúvida, portanto, de que as atas do órgão colegiado inserem-se no escopo da Lei de Acesso à Informação, não merecendo prosperar a afirmação da entidade de que “as informações solicitadas não são de interesse público”.
10. Como ressalva, há que se admitir a possibilidade de que parte das atas contenham informações de valor comercial para os parceiros da Investe São Paulo, os quais por vezes compartilham informações confidenciais com a entidade para a prestação dos serviços de consultoria.
11. Conforme já consignado em decisões anteriores desta Ouvidoria Geral¹,
(...) ainda que a Lei nº 12.527/2011 seja expressa ao limitar o conceito de informações pessoais àquelas relativas a pessoas naturais, diversos dispositivos legais protegem as informações que possam se mostrar estratégicas no desenvolvimento de atividades econômicas por particulares, sendo que a Lei nº 9.279/1996, em seu artigo 195, inciso XI, tipifica como crime a divulgação de informações ou dados confidenciais, utilizáveis na indústria, comércio ou prestação de serviços a que se teve acesso mediante relação contratual. Ademais, o artigo 206 determina a tramitação em segredo de justiça de processos que contenham informações que se caracterizem como confidenciais, sejam segredo de indústria ou de comércio.

¹ Decisões OGE/LAI 327/2015 e 328/2015.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

Deve-se destacar que tais normas se encontram em consonância com a sistemática da Lei de Acesso a Informação, uma vez que esta é explícita em reconhecer as hipóteses legais de sigilo, mencionando inclusive a existência de segredo de indústria como circunstância apta a afastar a regra geral da publicidade (...). Verifica-se, assim, que as informações comerciais, mesmo não sendo caracterizadas como pessoais, recebem proteção legal, sendo que a divulgação das mesmas, obtidas mediante celebração de acordo com cláusula de confidencialidade, pode resultar em prejuízo à companhia privada, ensejando eventual responsabilidade do Estado, nos termos do artigo 37, §6º, da Constituição Federal e do artigo 927 do Código Civil.

12. Na eventualidade de as atas conterem informações consideradas sigilosas, por força da proteção ao segredo comercial das empresas privadas que compartilham suas informações com a Investe São Paulo, a divulgação dos documentos poderá ocorrer na forma de extrato, por aplicação análoga do disposto na Lei Federal nº 13.303/2016:

§ 5o Caso o Conselho de Administração considere que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da empresa pública ou da sociedade de economia mista, a empresa pública ou a sociedade de economia mista divulgará apenas o extrato das atas.

13. Verifica-se, portanto, que as normas vigentes apontam para a necessidade de disponibilização das informações requeridas, ainda que de forma parcialmente limitada, se o caso, não tendo sido apresentada nestes autos qualquer justificativa capaz de afastar o dever informacional promovido pela legislação vigente.
14. Ante o exposto, **conheço do recurso**, por tempestiva apresentação, **dando-lhe parcial provimento**, com fulcro no artigo 2º da Lei nº 12.527/2011, no artigo 20, I, do Decreto nº 58.052/2012 e nos artigos 5º e 6º, §1º, da Lei Estadual nº 13.179/2008, determinando-se a adoção, nos termos do §2º do artigo 20 do aludido Decreto, das providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.
15. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 18 de janeiro de 2017.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO